



DIVERSIDADE E DIFICULDADES: PERSPECTIVAS E DESAFIOS DE DISCENTES Tutores E SEUS TUTORADOS NO NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO/ NAI UFPEL

MARTA CAMPELO MACHADO¹; GABRIEL BASILIO DE CAMPOS¹; TALITA MASTRANTONIO²; MÍRIAN PEREIRA BOHRER³

¹Universidade Federal de Pelotas1 – mtcampelo@gmail.com 1

¹Universidade Federal de Pelotas1 – basiliodecampos@hotmail.com 1

²Universidade Federal de Pelotas – talitamastrantonio@msn.com 2

³Universidade Federal de Pelotas– nai.ufpel.aee@gmail.com 3

1. INTRODUÇÃO

Ao longo dos últimos anos, pesquisas sobre os conceitos de inclusão e exclusão, vêm se tornando cada vez mais frequentes entre professores e gestores. A educação deve primar pela qualidade de todos (as) os (as) alunos (as), mas encontra em seu caminho muitos obstáculos e que lamentavelmente e historicamente o gênero, o social, a etnia e raça, tão presentes na sociedade brasileira, que, lamentavelmente, acumulam exclusões e contradições históricas marcadas por políticas públicas inconsistentes. Quando se aborda o tema educação de pessoas com necessidades educacionais, o cenário da exclusão fica mais evidente, constatando-se o vazio histórico que está relacionado com as políticas públicas destinadas a esse público e principalmente àqueles (as) que tem o sonho e o interesse de entrar para universidade, motivo pelo qual o processo de inclusão, tão discutido e trabalhado nestes últimos anos, vem tendo maior expressão.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, é que o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência passa a ser ofertado preferencialmente na rede regular de ensino e, com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9.394/96, a educação especial passa ser concebida como uma modalidade de educação escolar. Neste sentido, Almeida (2002) nos diz que o acesso ao ensino fundamental no Brasil está praticamente assegurado a todas as crianças e jovens.

No entanto, a abertura da escola não veio acompanhada de transformações capazes de alterar suas formas de organização e funcionamento, de assegurar condições de trabalho, salário e formação dos professores, comprometendo sua mudança qualitativa. A permanência na escola graças apenas à ausência de reprovação ao longo do ensino fundamental não está assegurando aos alunos uma aprendizagem efetiva. A manutenção das práticas educativas, da estrutura e da cultura tradicionais faz com que a escola ofereça um ensino aligeirado, contribuindo para preservar a situação de exclusão vivida pelos segmentos menos favorecidos economicamente. (ALMEIDA, 2002, p. 63).

Os (as) professores (as) não estão alheios à inclusão dos (as) alunos (as) com deficiência na Universidade e demonstram cuidados referentes às especificidades educacionais dos (as) estudantes, mas ao conversar com este alunado a queixa geral é que alguns docentes hesitam em se aproximar e discutir abertamente os encaminhamentos didático-pedagógicos necessários aos mesmos, o que interfere diretamente nos seus processos de ensino aprendizagem. Atualmente já se sentem mudanças nas atitudes de professores (as) universitários (as) relacionadas com alunos (as) com deficiências,



manifestando interesse em adquirir informações relacionadas com estes estudantes e demonstrando atitudes significativamente mais positivas em relação ao aluno especial. Com relação às principais dificuldades e limitações encontradas na Universidade que possam interferir na permanência e na inclusão destes (as) alunos (as), apontam situações que merecem estar sempre sendo revisadas, principalmente no que se refere à acessibilidade, física neste caso estrutural, bem como pedagógica.

2. METODOLOGIA

A metodologia utilizada, no primeiro momento, consiste na seleção dos bolsistas tutores pelo Núcleo de Acessibilidade e Inclusão/ NAI, seguindo a proposta de realização de encontros para fins de orientar as tutorias junto aos acadêmicos com deficiência, TEA (Transtorno do Espectro Autista), Altas Habilidades / Superdotação, sendo que a tutoria é realizada entre pares, auxiliando assim os estudos e auxiliando a organização da vida estudantil, desenvolvendo atividades específicas para que o cotidiano do aluno (a) flua da melhor maneira possível, facilitando a sua adaptação e inserção na vida acadêmica: artística, cultural e política.

O NAI propicia como metodologia a seus tutores, reuniões, encontros para formação continuada, com discussões e relatos das experiências, troca de dúvidas e sugestões, estudos, pesquisas.

3. DISCUSSÕES

A experiência é extremamente importante à medida que possibilita a obtenção de um panorama geral da condução do ensino, além de conferir a aquisição de conhecimentos e habilidades necessárias para guiar a vivência entre universidade, professor (a) e aluno (a) com deficiência. A experiência de ensino e aprendizagem vivida por tais alunos (as) durante o ciclo educativo é pautado nos ensinamentos e também nas relações, na qual a relação dos (as) docentes com os (as) estudantes não deve ser vertical e hierarquizada, centrada na figura do (a) professor (a). Desta forma a aquisição de uma postura docente crítico-reflexiva, no trabalho desenvolvido com os (as) alunos (as) com algum tipo de deficiência, precisam contribuir na formação de um sujeito analítico, ponderado e político, sobre a prática profissional docente, onde todos (as) sejam beneficiados (as) com o entendimento de que não há mais espaço para seguirmos um trabalho pedagógico baseado nos princípios excludentes. O aluno (a) que apresenta uma deficiência e ingressa no ensino superior, é diferente do educando do discurso político, ele vem com um mundo próprio e uma identidade muito singular, o docente precisa vivenciar como educador uma visão cognitiva diferente, necessita conhecer um universo pouco explorado e que resulta em diversas possibilidades de aprendizado. Por este motivo o conhecimento do professor deve aprimorado e aberto a estes alunos (as) faz-se necessário conhecer as necessidades, compreender e saber como estimular este enorme potencial que existe em cada um destes alunos (as).

4. CONCLUSÕES

Perceber nossos colegas tutorados, buscando e aplicando o conhecimento teórico adquirido em discussões, sendo aprovados nas disciplinas, analisando, intervindo e tendo voz é extremamente gratificante. Acreditamos que o (a)



Bolsista-Tutor (a) exerce o papel de estimular o desenvolvimento intelectual tutorado (a) e facilitar a sua aprendizagem, incentivando-os (as) a buscar respostas as suas perguntas por meio da literatura científica para depois discutirem a solução, visando assegurar uma educação de qualidade, conseguindo assim obter a formação de alunos (as) mais críticos e reflexivos, que saibam buscar pelo conhecimento, que aprendam a pensar de forma associativa e que tenham consciência de que o conhecimento é essencial para a inclusão.

Dessa forma, compartilhamos da ideia de que a Educação Universitária de qualidade não pode consistir unicamente na transmissão de conhecimentos professor-aluno, e sim se orientar na formação de profissionais capazes de buscar seu próprio aprendizado.

A inclusão tem sido um tema que mobiliza a Educação em todos os níveis e modalidades. Moreira (2005) chama a atenção para o papel inegável que a Universidade possui em não ser indiferente frente à diferença, assumindo, dessa forma, um compromisso, uma dívida pública.

A experiência nos trouxe um comprometimento com a construção de uma prática profissional docente enriquecedora. Nesse sentido, o Núcleo Acessibilidade e Inclusão (NAI), inquestionavelmente, exerce grande importância na formação de alunos (as) com deficiência e necessidades especiais, pois abre espaço para que esses futuros profissionais desenvolvam-se, buscando estratégias para a implementação de uma nova proposta pedagógica inclusiva. Incluir é tratar com gentileza, respeito e cuidado, é integrar a responsabilidade de ensinar e formar um cidadão que cresça voluntariamente nos caminhos profissionais com visão de que o mundo lhe pertence também, que conquistar também lhe é passível, e essa caminhada é mais justa e menos árdua é quando se encontra pelo caminho, leis que amparam e pessoas que os (as) recebam de braços abertos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, L. A. **Pensar a diferença/deficiência**. Brasília: CORDE – Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994.

ALMEIDA, M. I. de. **Ações organizacionais e pedagógicas dos sistemas de ensino: políticas de inclusão?** In: ROSA, D. E. G.; SOUZA, V. C. de. Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

MOREIRA L. C. **Universidade e alunos com necessidades educacionais especiais: das ações institucionais as práticas pedagógicas**. São Paulo:USP,2004. Tese (Doutorado em Educação. Faculdade de educação de São Paulo, 2004.

_____. **In(ex)clusão na Univesidade: O aluno com necessidades educacionais especiais em questão**. Disponível em [Http://www.calx.ufsmbr/revce/ceesp/2005/01/a3.htm](http://www.calx.ufsmbr/revce/ceesp/2005/01/a3.htm). acesso em 06 de julho de 2017.

_____. Decreto n. 5.296, 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis N° 10.048, de 8 de novembro de 2000, e a Lei N° 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, D±, 2004.Disponível em: <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/23/2004/5296.htm>>. Acesso em: 08/07/2017.



_____. Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Dispõe sobre a Língua Brasil - leira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 23 dez. 2005.

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil . Brasília, 23 dez. 1996.

_____. Resolução CNE/CP n. 1, de 19 de fevereiro de 2002. Institui diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores da educação básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 18 fev. 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res1_2.pdf>. Acesso em: 08/07/2017.

_____. Ministério da Educação/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Censo da Educação Superior de 2007: alunos portadores de necessidades especiais: Dados Estatísticos por cursos de graduação presenciais, por Instituição da Educação Superior. Brasília: INEP, 2007.

_____. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial (SEESP). Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC, 2008.

_____. Programa Incluir. Edital nº 3, de 26 de Abril de 2007. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

_____. Ministério da Educação. Portaria Ministerial n. 1.679/99. Dispõe sobre os requisitos de acessibilidade à pessoa portadora de deficiência para instruir processos de auto-regularização e reconhecimento de cursos e de credenciamentos de instituições. Brasília, 1999.

_____. Portaria Ministerial n. 1.793/94 . Dispõe sobre a necessidade de complementar os currículos de formação de docentes e outros profissionais que interagem com portadores de necessidades especiais e dá outras providências. Brasília, 1994.